O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TERRA (MST) COMO EXPRESSÃO DA CONTRA-MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO.

Olga Maria Schild Becker
UFRJ/ IGEO/ Dep. de Geografia

Introdução

Num momento de crescente inserção dos países do Sul no mundo neoliberal, assiste-se a intensa diferenciação social e espacial, o que tem levado á necessidade de redefinição dos conceitos de "urbano" e "rural" e de suas novas formas de articulação. Profundas transformações ocorrem no mundo do trabalho; ampliam-se o desemprego e os conflitos pela terra tanto no mundo agrário quanto no mundo urbano metropolitano. Neste contexto, a mobilidade espacial da população (migração), assim como suas estratégias de imobilidade, constituem-se em formas de expressão desta nova realidade

Trazer evidências empíricas para a discussão das migrações, assim como de práticas que expressem a resistência de certos grupos sociais a continuar migrando, configura-se como a principal meta do Grupo de Estudos de População (GEPOP) do Departamento de Geografia da UFRJ/, através de seu Projeto sobre Mobilidade e Contra-mobilidade da População, no âmbito do qual se desenvolve este trabalho [1].

Será utilizado o exemplo dos acampados do MST (Acampamento Zumbi dos Palmares) em 1997, no município de Campos de Goytacazes, no Norte Fluminense/RJ [2] . Pretende-se fornecer elementos para a compreensão da resistência do indivíduo á migração repetida, através de sua tentativa de retorno ao habitat de origem (rural) e/ou de acesso ao meio de produção "terra", como alternativa ao desemprego (seja rural ou urbano). Cabe registrar que "não estamos diante de um processo de luta para não deixar a terra, mas sim, diante de um processo de luta para entrar na terra ... de uma luta de expropriados que na maioria das vezes experimentaram a proletarização urbana e rural" (Fernandes, 1996:9).

Uma visão da cronologia da instalação dos acampamentos e assentamentos do Movimento dos Sem Terra (MST) no estado do Rio de Janeiro, paralelo a espacialização dos tipos de conflito de origem dessas ações, pode ser obtido pela leitura dos mapas 1 e 2 em anexo.

---

[1] Agradeço á aluna Marli dos Santos pelo auxílio no tratamento dos dados de campo e aos alunos Faber Paganoto e Ramana Jacques, pela organização dos mapas.

[2] A presente pesquisa foi desenvolvida ao longo das atividades curriculares da Disciplina Estágio de Campo III, sob a coordenação da Profa. Olga Becker, em novembro de 1997, no município de Campos de

1. Reflexões sobre mobilidade, imobilidade e contra-mobilidade da população.

A migração pode ser apresentada como sinônimo da mobilidade espacial da população. Entretanto, sua análise tem sido realizada através dos tempos, através de enfoques variados, especialmente o neoclássico (cujos principais representantes foram Ravenstein,1885; Lee,1966; Todaro,1969) e o neomarxista (Singer,1973; 1976; Gaudemar,1977; Standing,1980, entre outros). Atualmente novas questões estão sendo levantadas, como o enfoque das redes sociais em migração (Massey et ali,1997; Maya,2000; Fazito, 2002). Com o avanço da tecnologia, informatização e fluidez das comunicações, e com os novos arranjos econômico-espaciais (fragmentação e re-ordenamento de territórios e mercados), emergem novas formas de gestão do trabalho, e, consequentemente, novas tendências migratórias e estratégias de imobilidade se delineiam.

Para Gaudemar (1977:39), a lógica do crescimento capitalista prevê "a mobilidade do trabalho, isto é, a possibilidade de dispor dos movimentos dos trabalhadores como axioma inevitável. Um dia móveis, outro imóveis, mas sempre submetidos á regra da acumulação do capital". Por outro lado, a resistência á mobilidade (imobilidade) pode representar uma estratégia contra a expansão do capital . Se a fôrça de trabalho fosse "imóvel', a acumulação do capital seria prejudicada. Em termos de sua lógica, esta resistência é vista como uma estratégia dos trabalhadores contra o uso feito de sua força de trabalho e de seus espaços de vida (seja rural ou urbano) apenas como instrumentos de valorização do capital.

Se a imobilidade se constitui numa recusa das formas capitalistas de mobilidade, a contra-mobilidade passa a representar "o regresso á terra,...como é ainda no caso de velhos camponeses tornados operários na cidade, e depois colocados no desemprego... Assim, o direito á 'imobilidade coletiva' seria o direito de manter-se no lugar escolhido e aí encontrar trabalho e condições de vida,...é o direito de recusar um êxodo com promessas ilusórias...é o direito de partir sem a isso ser constrangido, assim como o de ficar" (Gaudemar,1977:33, 59).

Neste sentido, tornam-se relevantes os movimentos sociais contra a mobilidade imposta aos trabalhadores pela economia capitalista. Historicamente essa resistência tem apresentado diferentes formas. No caso brasileiro, ocorreram lutas de diferentes grupos sociais: das populações tradicionais extrativistas da Amazônia (seringueiros, castanheiros, ribeirinhos) para permanecer nas áreas de origem utilizando o recurso natural (ecossistema de mata) como seu meio de produção; dos trabalhadores Sem-Terra (MST), para (re) adquirir o fator terra com vistas a sua subsistência; das minorias urbanas excluídas (os "Sem-Teto") buscando habitação tanto nas áreas centrais quanto nos entornos urbanos, ou seja, lutas por outra divisão social do espaço.

Goytacazes/RJ.

2. O perfil dos trabalhadores do Acampamento Zumbi dos Palmares-MST. Um estudo de caso no município de Campos de Goytacazes/RJ. [3]

A pesquisa revelou que os chefes de família acampados possuíam o seguinte perfil demográfico: quanto ao gênero, 75,3% eram do sexo masculino, com indicação de já significativa percentagem (aproximadamente 25%) de mulheres no comando familiar; em relação á estrutura etária, destacaram-se as faixas etárias de 40-49 anos (32%) seguidas das de 50-64 anos (22,6%) e 30-39 anos (22%), refletindo uma força de trabalho madura (55,6% situavam-se entre 40 e 64 anos, enquanto 18,6% correspondiam a jovens trabalhadores de 20-29 anos), com pouca perspectiva de obter emprego no mercado de trabalho seja urbano ou rural.

Em relação ao perfil sócio-econômico, esses trabalhadores se caracterizavam por ser uma força de trabalho sem qualificação, pois apenas 57,3% eram alfabetizados, dos quais 24,7% apresentando escolaridade de 3 a 4 anos (tabela 1).

Tabela 1

Chefes de família segundo escolaridade.
MST-Acampamento Zumbi dos Palmares. Campos dos Goytacazes/ RJ – 1997.

Nível de escolaridade	Número de pessoas	
	Absoluto	Percentual
Total	150	100,00
1 ano	7	4,66
2 anos	9	6,00
3 anos	19	12,66
4 anos	21	14,00
5 anos	12	8,00
6 anos	5	3,33
7 anos	2	1,33
8 anos	5	3,33
2º grau completo	1	0,66
Alfabetizados (*)	5	3,33
Analfabetos	63	42,00
Sem informação	1	0,66

(*) Sem indicação da última série estudada.
Fonte: Pesquisa direta desenvolvida no âmbito da disciplina Estágio de Campo I, UFRJ/ IGEO/ Departamento de Geografia, sob a coordenação da Profa. Olga Becker. Novembro/1997.

[3] Este Acampamento representa a primeira ação do MST no Norte Fluminense, levada a efeito por 400 militantes em abril de 1997, tendo como origem a ocupação de terras da Usina São João, desativada

Quanto á ocupação anterior dos acampados, verificou-se predominância das atividades do setor primário, notadamente agricultura, tanto no local de nascimento (58,7%) como no de última procedência (52,6%), tendo ocorrido um acréscimo relativo de trabalhadores nas atividades ligadas á industria (de 2,7% para 8,7%), ao comércio (de 2,7% para 4,7%) e á prestação de serviços (de 4% para 8,6%), quando se considera o perfil ocupacional dos trabalhadores nas localidades de sua última procedência. Cabe registrar ainda que houve acréscimo de pessoas em ocupações do tipo 'biscates', paralelo ao decréscimo de pessoas engajadas no trabalho familiar sem remuneração.

Uma análise comparativa da posição na ocupação nos locais de nascimento e de última procedência indicou que apesar de um leve decréscimo (27,33% para 20,67%), a maioria relativa dos acampados pertencia á categoria 'empregado rural temporário' (bóia-fria), seguida pelas categorias 'empregado rural permanente' (variação de 12,7% para 10%) e 'conta própria rural' (14% para 18,7%), categorias vinculadas ao quadro rural. Tomando-se ainda como referência de destino a localidade de última procedência, pôde-se registrar que ocorreu uma diminuição de trabalhadores nas categorias 'trabalho familiar' e 'sem remuneração', ao lado do incremento nas categorias 'conta-própria urbano', 'empregada doméstica' e 'empregado urbano'.

Ao se considerar o perfil migratório dos trabalhadores acampados, verificou-se que 83,3% eram nascidos no próprio estado do Rio de Janeiro (com destaque para os municípios de Campos de Goytacazes com 47,3%, São João da Barra 15,3%, Macaé 4% e São Fidélis, 3,3%) configurando uma migração predominantemente intraestadual, cabendo menor participação aos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Alagoas, Paraíba e Bahia. Quanto ao local de última procedência, destacaram-se os municípios de Campos (79,3%) e Macaé (9,3%), enquanto com menor importância, surgem São João da Barra, Casemiro de Abreu e Rio de Janeiro (1,4% cada), e com poucas ocorrências, Cabo Frio, Búzios, Rio das Ostras, Silva Jardim, Rio Preto e Barra de São João. Com relação á situação de domicílio da localidade de última procedência , constatou-se que 71,3% eram provenientes de área rural, trazendo assim evidências de que o quadro urbano começa também a liberar trabalhadores para o Movimento dos Sem Terra no estado do Rio de Janeiro.

A mobilidade desse grupo social pode ser também analisada através do número de etapas migratórias e de trajetórias empreendidas. Assim, em relação ao primeiro indicador, verificou-se que grande parte dos acampados realizou apenas 2 etapas (32,7%) ou 3 etapas migratórias (26%), registrando-se ainda 4 etapas para 13,3% e 5 etapas para 5,3% das famílias entrevistadas. Uma maior mobilidade espacial (de 6 a 13 etapas) foi desenvolvida por um número pequeno de acampados.

---

desde 1996.

Quanto ás trajetórias migratórias (tabela 2) empreendidas por este grupo do MST foi possível identificar várias tendências: a mais usual, representada pelos deslocamentos do tipo rural-rural (47,3%) indica uma busca primordial pela terra e uma tentativa de permanecer nas atividades agrárias ainda que migrando entre várias áreas rurais. Uma outra tendência, do tipo rural-urbano-rural (32%), expressa a saída dos trabalhadores do espaço rural buscando os centros urbanos, onde esta população desqualificada para atividades urbanas não é absorvida, levando a um posterior retorno ao quadro rural. Tentativas de migração repetida entre o rural e o urbano, podem estar também indicando uma diminuição dos limites entre o tradicional 'urbano-rural'. Finalmente, uma nova direção dos deslocamentos (urbano-rural) começa a se delinear (12,7%), indicando a procura de outra alternativa de subsistência para as populações excluídas nas periferias urbanas.

A explicação para tais padrões de mobilidade repousa, em especial, na conjuntura regional, caracterizada pela ausência do fator terra para pequenos produtores rurais em áreas de concentração fundiária e decadente monocultura da cana, aliada á crescente instabilidade do emprego, tanto entre os trabalhadores temporários do setor canavieiro quanto nas atividades dos quadros urbanos.

Tabela 2
Chefes de família segundo tipo de trajetória migratória.
MST-Acampamento Zumbi dos Palmares. Campos de Goytacazes/ RJ. 1997.

Tipo de trajetória migratória	Número de chefes de família	
	Absoluto	Percentual
Total	150	100,00
Rural/rural	71	47,33
Rural/urbano/rural	48	32,00
Urbano/rural	19	12,67
Rural/urbano/rural/urbano/rural	06	4,00
Urbano/rural/urbano/rural	01	0,67
Rural/urbano/rural/urbano/rural/urbano/rural	01	0,67
Sem informação	04	2,66

FONTE: Pesquisa direta desenvolvida no âmbito da Disciplina Estágio de Campo I.
UFRJ/ IGEO/ Departamento de Geografia, sob a coordenação da Prof.
Olga Becker. Novembro/1997.

Quanto ás razões de mudança (tabela 3) apontadas pelos chefes de família acampados, verificou-se que a maioria relativa (32,3%) informou ser a 'busca pela terra', ou 'perda da terra' sua motivação fundamental para migrar, seguidas pelo desemprego (23,4%) e baixa renda (16,5%). Estas duas últimas questões se consideradas em conjunto, já perfazem aproximadamente 40% das

razões declaradas. Tal panorama, analisado á luz dos padrões de deslocamentos migratórios acima registrados, remetem á discussão da 'homogeneidade' deste grupo em estudo, no que se refere á sua origem rural e tradição de cultivo da terra.

Tabela 3

Chefes de família, segundo razões de mudança migratória.
MST – Acampamento Zumbi dos Palmares. Campos de Goytacazes / RJ. 1997

Razões de mudança	Número de mudanças do chefe de família	
	Absoluto	Percentual
Total	436 (*)	100,00
Busca de terra	134	30,73
Desemprego	102	23,40
Baixa renda	72	16,51
Razões conjugais e familiares	43	9,86
Não adaptação na cidade grande	15	3,44
Venda ou perda da terra	7	1,61
Alistamento militar	2	0,46
Aposentadoria	2	0,46
Doença	2	0,46
Para estudar	1	0,23
Não sabe	17	3,90
Sem informação	39	8,94

(*) O total corresponde ao somatório do número de mudanças realizadas por todos os chefes de família entrevistados.

Fonte: Pesquisa direta desenvolvida no âmbito da Disciplina Estágio de Campo I , sob a coordenação da Profa. Olga Becker. UFRJ/ IGEO/ Departamento de Geografia. Novembro / 1997.

Finalmente, cabe registrar as estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelos trabalhadores, através do desempenho de atividades fora do assentamento (Tabela 4). Constatou-se que 10,7% desses chefes de família tinham outras ocupações, tanto na cidade (aproximadamente 70%) quanto no trabalho rural. Atentar para o fato deste número poder estar subestimado em função do receio dos informantes quanto á ações que possam dificultar seu acesso á propriedade da terra, caso tenham outra fonte de renda.

Tabela 4
Chefes da Família segundo ocupação atual fora do Acampamento.
MST – Acampamento Zumbi dos Palmares – Campos de Goytacazes/ RJ. 1997.

Ocupação atual fora do acampamento	Número de chefes de família	
	Absoluto	Percentual
Total	16	100,00
Indústria da construção civil	3	18,75
Comércio de mercadorias	3	18,75
Prestação de serviços	2	12,50
Biscates	2	12,50
Transportes, comunicação	1	6,25
Agricultura	1	6,25
Pecuária	1	6,25
Aposentado	1	6,25
Sem informação	2	12,50

Fonte: Pesquisa direta desenvolvida no âmbito da disciplina Estágio de Campo I, sob a Orientação da Profa. Olga Becker. UFRJ/ IGEO/ Departamento de Geografia. Novembro/1997.

3. Para não concluir

Os estudos realizados em 1997 levaram ao estabelecimento das seguintes constatações no que se refere ao perfil do trabalhador acampado do MST: força de trabalho predominantemente madura, com pouca ou nenhuma escolaridade, informando como causa da mobilização a busca da terra e a fuga do desemprego e/ou da baixa renda tanto dos quadros rurais como urbanos, tendo empreendido trajetórias migratórias inicialmente dos tipos ‘rural-rural’ e ‘rural-urbano-rural’, e mais recentemente ‘urbano-rural’, e estando, em caráter ainda incipiente, desenvolvendo atividades complementares fora do acampamento (seja no quadro urbano, em ocupações da construção civil e do comércio de mercadorias, seja no quadro rural, no corte da cana em períodos de safra.)

Em relação ao perfil migratório, cabe ainda registrar que os trabalhadores entrevistados eram em sua maioria da região Norte Fluminense, especialmente do município de Campos de Goytacazes/RJ, estando sua mobilidade vinculada ás transformações em curso na agroindústria canavieira: um setor que já empregou 40.000 pessoas há uma década e que, segundo o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Açúcar e do Álcool de Campos, hoje não comportaria mais de 8.000 trabalhadores em época de safra. O elevado índice de desemprego gerado traduziu-se no aumento da exclusão social, contribuindo para o surgimento de aproximadamente 30 favelas na periferia da cidade. Este foi o *lócus* da organização dos Sem Terra no estado do Rio de Janeiro.

4. Referências Bibliográficas

ALENTEJANO, P.R.R. (1997). "Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: Repensando a dicotomia rural-urbana nos assentamentos rurais". Rio de Janeiro. UFRRJ. Tese de Mestrado. Mimeo.

----------------------------- (2003). "Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro". Rio de Janeiro. UFRRJ. Tese de Doutorado. Mimeo.

BECKER, O.M.S. (1997 a). Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: Iná Castro, Roberto Lobato Corrêa e Paulo César Costa Gomes (orgs). *Explorações Geográficas.* RJ. Bertrand Brasil. p.319-367.

------------------- (1997 b). Reservas Extrativistas e Contra-mobilidade: a outra face da Gestão do urbano em áreas da fronteira Amazônica brasileira. In: Iara Castello et alii (orgs). *Fronteiras na América Latina. Espaços em transformação.* Porto Alegre. RS. Ed.Universidade/UFRGS/ FEE.

CARLEIAL, L.M. (1994). Integração internacional e imobilidade da força de trabalho. In: Lena Lavinas; L.M. Carleial e M.R. Nabuco (orgs). *Integração, Região e Regionalismo.* RJ. Bertrand Brasil. p.295-311.

FAZITO, D. (2002). A análise de redes sociais (ARS) e a Migração: mito e realidade. ABEP. *Anais do XIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. Ouro Preto/MG.

FERNANDES, B.M. (1996). *MST. Formação e Territorialização.* São Paulo. Hucitec.

------------------------- (2000). *A forrmação do MST no Brasil.* Petrópolis. Ed. Vozes.

FERREIRA, A. D. D. (2002). "Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: Indagações sobre algumas especificidades brasileiras". *Estudos Sociedade e Agricultura.*. N.18. Abril 2002. p. 28-43.

FOUCAULT, M. (1977). Disciplina. In: *Vigiar e Punir*. Petrópolis.Vozes.

GAUDEMAR, J. P. (1977). *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital.* Lisboa. Ed. Estampa.

------------------------ (1981). *La movilizacion general.* Madrid. Las Ediciones de la Piqueta.

GOHN, M.da G. (2000). "Os Sem-Teto e os Sem-Terra no Brasil". *Os Sem–Terra, ONGs e cidadania.* São Paulo. Cortez. 2ª. ed. Cap.5. p.135-157.

SCHERER-WARREN, I. (1996). *Redes de Movimentos Sociais.* São Paulo. Ed. Loyola.

VEIGA, J.E. (2003). *Cidades Imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula.* Campinas. SP. Autores Associados. 2.ed.